

MOBRAL BIBLIOTECA

ORIGEM *doação*

Cr\$

DATA *26 / 01 / 84*
 PORTE PAGO
 DR - RIO
 ISR - 52 - 431/81


AÇÃO COMUM

Rio de Janeiro, dezembro de 1983 ano V nº 49

Distribuição Gratuita

Mobral mostra experiência

Dentro da política de assistência técnica e intercâmbio com organismos internacionais, o Mobral recebeu, nos meses de outubro e novembro, a visita de técnicos estrangeiros.

Entre 24 de outubro e 10 de novembro, estiveram no Brasil os técnicos Françoise Caillods e Gabriel Carron, do *International Institute for Educational Planning* — IIEP —, órgão ligado à Unesco. O IIEP está financiando a pesquisa O Ensino Escolar e Extra-Escolar: O Caso Mobral, que está sendo desenvolvida pela Fundação. Os dois técnicos conheceram os trabalhos do Mobral Central, das Coordenações de Pernambuco e São Paulo e visitaram o Ministério da Educação e Cultura, em Brasília.

Os representantes do Departamento de Educação de Adultos do Ministério dos Serviços Cultural e Social do Quênia, George W. Murugu e Cornelius Kipkoech Mutai, estiveram visitando, nos dias 3 e 4 do mês passado, o Mobral Central. Dentro da programação do estágio, os quenianos assistiram a palestras sobre a política educacional brasileira, a estrutura, programas e projetos do Mobral, o planeja-

mento participativo e a metodologia de ação comunitária. Em Mato Grosso do Sul, para onde foram a seguir, conheceram o trabalho de campo daquela Coordenação, tendo visitado classes de Alfabetização Funcional, Educação Integrada e Pré-Escolar. Estiveram também no interior do estado, onde assistiram a uma apresentação da Minimobralteca e à realização de cursos do Petra.

O Mobral recebeu, ainda em outubro, a visita de técnicos da Secretaria de Educação, Belas Artes e Cultura da República Dominicana, o Diretor-Geral de Educação de Adultos, Rafael Domingues, o Diretor-Executivo do Programa Especial de Educação do Cidadão, Manuel Bonilla, a técnica da Divisão de Organização do Programa Especial de Educação do Cidadão, Angela Martinez, e o técnico da Direção-Geral de Educação de Adultos, Cozme León Crespo.

Logo após o estágio no Rio, os dominicanos foram para Recife conhecer as atividades da Coordenação, seguindo depois para o Município de Bom Jardim, também em Pernambuco, onde o Mobral desenvolve um trabalho comunitário.

Ação conjunta na área cultural com Minas Gerais

O Secretário de Cultura de Minas Gerais, José Aparecido de Oliveira, visitou, juntamente com seus assessores diretos, no dia 21 de novembro, as Coordenadoras de Minas/Norte, Nilda Caporali, e Minas/Sul, Maria Helena Zandonadi, em Belo Horizonte.

Após conhecerem as unidades operacionais móveis (Mobralteca e Minimobralteca), o Secretário e sua equipe reuniram-se com as Coordenadoras para acertar ações conjuntas na área cultural, a serem desenvolvidas pelos dois órgãos.

José Aparecido mostrou-se muito interessado pelo material do Mobral, que considera de linguagem fácil, atual e eficaz para um trabalho conjunto.

Do encontro, ficou acertado que o Assessor-Geral da Secretaria de Cultura, Mauro Werkema, irá apresentar um protocolo de intenções, e o Diretor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, Rodrigo Andrade, uma minuta de convênio a ser assinado entre a Fundação Mobral e o Instituto.

Estiveram presentes também à reunião o sociólogo Guido de Souza Rocha, responsável pela coordenação da Política de Atuação com as Comunidades — PAC —, e os assessores Márcio José Veloso e Osvaldo Jr.

Este encontro foi o resultado da visita que o Secretário de Cultura fez, dia 25 de outubro, ao Mobral Central, ocasião em que conheceu todo o trabalho da Fundação no campo cultural.

Planejamento das famílias melhora qualidade de vida

O Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Waldir de Vasconcelos, concedeu a este jornal entrevista em que aborda planejamento familiar, proteção materno-infantil, educação sexual nas escolas, educação moral e cívica e a ocupação da Amazônia — temas ligados ao problema que o Brasil enfrenta de política demográfica e para o qual busca soluções urgentes. A entrevista reveste-se de enorme significado para os nossos leitores, uma vez que o Mobral está engajado na política demográfica não apenas como órgão de divulgação, mas, também, por dispositivo de lei, de atividades ligadas ao aleitamento materno, à nutrição, à higiene e saúde das populações carentes. O crescimento populacional não é assustador em relação ao espaço físico do País, mas sim ao entrave ao desenvolvimento econômico e social. Como declara o Brigadeiro Waldir de Vasconcelos, "não é bem a quantidade que se visa, e sim a qualidade de vida do homem brasileiro que está surgindo desse crescimento". A entrevista está na página central desta edição.

Ministra fala na Unesco e defende ações otimistas

Durante a realização, em Paris, da XXII Conferência Geral da Unesco, a Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, disse que desejava dirigir aos que tomavam parte no evento uma mensagem de vibrante otimismo, dentro dos ideais de universalidade e pluralismo que a Organização encarna.

"A meu ver não deve acontecer que aqueles que, como nós, se propõem a influenciar os destinos da humanidade, servindo-se dos nobres instrumentos que são a educação, a ciência, a tecnologia, a cultura, a comunicação e a informação, no momento em que o ano 2000 aponta no horizonte, se deixem dominar pelo medo que inspira o que se denomina o mito do milênio", destacou a representante brasileira ao falar em plenário.

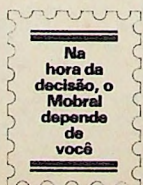
O pronunciamento da Ministra Esther de Figueiredo Ferraz, onde também é criticada a postura das grandes potências em face dos países em desenvolvimento, dentro da atual crise econômica mundial, está na última página desta edição.

Investir no Mobral também tem sua vantagem.

A indicação para o Mobral de 2% do Imposto de Renda Devido por sua empresa é uma operação sem ônus que apresenta um lucro evidente:

a contribuição para as propostas educativas da Instituição estará sendo investida no homem. Ele poderá ser útil a você em futuro próximo, influir no desenvolvimento de toda a comunidade e

participar efetivamente em todos os níveis da municipalidade. Pratique isso. Indique 2% para o Mobral.



Indique em sua Declaração de Renda 2% do Imposto Devido para a Fundação Mobral

Moreira deseja apoio efetivo de empresários

Ao falar aos empresários reunidos na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, o Presidente do Mobral, Claudio Moreira, exaltou o papel do empresariado nacional na luta contra o analfabetismo. Ele disse: "Precisamos do empresariado não somente no seu aspecto financeiro, mas, principalmente, no seu engajamento, sua adesão".

A visita de Claudio Moreira a Porto Alegre visou intensificar os contatos com entidades públicas e particulares dos sistemas estaduais e municipais de ensino, bem como realizar projetos conjuntos na área de educação continuada de adolescentes e adultos. Ele assinou seis convênios envolvendo ações pedagógicas e culturais, no Palácio Piratini, na presença do Governador Jair Soares. (Pág. 3)

A palavra do presidente

Vencemos. Vencemos no sentido mais tradicional da nossa formação, dos nossos valores, dos nossos padrões, da nossa cultura. Vencemos no sentido de que nos propusemos a um percurso e fizemos esse percurso. O percurso de vir, de ver e de vencer. O Mobral é uma instituição que vê a realidade, que trabalha com essa realidade e que atravessa essa realidade, vestida apenas dos poucos recursos, dos muitos ideais e do muito trabalho. E nesse sentido, no sentido de fazer o seu percurso da melhor maneira possível, vencemos. Vencemos 1983. Vencemos o ano da crise. Vencemos o ano da desesperança. Vencemos o ano da recessão. Vencemos a abertura política. Vencemos o período do autoritarismo, segundo as palavras do próprio Presidente João Figueiredo. Vencemos o medo. Vencemos a retomada. Vencemos as metas. Vencemos o trabalho. Vencemos a fadiga e preservamos a fé. Fé que precisaremos para 1984, porque as dificuldades não estão terminadas, elas continuarão. Mas também continuamos agora mais firmes e mais fortes, sabendo que, sejam lá quais forem as tarefas de que nos incumbam, estaremos capacitados a propor soluções. Talvez não as maiores soluções. Mas encontraremos soluções.

Sabemos hoje que nossa força não é tanto uma política federal de educação que nos dá o papel de administradores de um plano de educação para a Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.

Sabemos também que não é apenas o fato de o governo determinar a tarefa de ação comunitária à Fundação que nos dá o ímpeto final para fazer a educação para a saúde, ou para o trabalho, ou uma educação continuada, ou um apoio administrativo à prefeitura, ou seja lá o que nos pedirem, ou pudermos oferecer. Hoje, temos quase a certeza de que a grande força oculta por trás desta instituição é a própria vida brasileira. É a comunidade nacional distribuída em todos os pequenos núcleos de todos os municípios. É o Movimento Brasileiro de Alfabetização. E, naturalmente, capazes de liderar este movimento estão as vontades das pessoas, a técnica daqueles que tiveram o privilégio da formação superior, o espírito lúcido daqueles que se dedicam a gerir a coisa pública pelo bem comum. E, principalmente, a essa coisa que une a todos nós diferentemente, mas com sentido comum, independentemente das diversas formações, vivências e valores. O que nos junta é a noção de que somos um povo, uma nação, uma grande comunidade, não importa dividida em quantos pedaços, com quantas pessoas, em quantos lugares e quaisquer que sejam seus problemas. Temos consciência de que somos irmãos. Todos nós sabemos que fazemos parte de uma imensa família de 131 milhões de brasileiros, e isto é uma força. Seria preciso agora que, irmanados nessa fraternidade, não nos esquecêssemos de con-

tinuar juntando a ela os meios mínimos e a atitude positiva necessária para que possamos, em 1984, não só dar espaço para a criança que começa, como também garantir o direito de mais um degrau para o adolescente que tropeçou. Dar o recomeço àquele que não teve tempo de fazer o percurso na época certa. De ensinar alguma coisa à mulher que, dentro de sua casa, sonha com um pouco mais de recursos, de meios, de liberdade, de produção. Dizer alguma coisa a alguém que não tem ou que quer ter uma profissão diferente. De trazer a um prefeito a idéia de que ele não é mais o homem que, sozinho, é responsável pela solução de todos os problemas de sua comunidade, e sim aquele a pessoa a quem foi dada, orgulhosamente, a possibilidade de discutir entre hipóteses e procurar junto com seu povo o melhor caminho.

Possamos todos nós, independentemente dos recursos monetários insuficientes, do dinheiro que falta a esta instituição, possamos nós, diferentemente daqueles que programam a vida de todos nós, sem saber, às vezes, que, debaixo de seus grandes movimentos, existe um pouco de dor, um dedo pisado, uma cotovelada, uma lágrima, que são as coisas que este Mobral sente junto com o povo, possamos nós levar para os nossos legisladores e autoridades a informação do quanto precisamos, do que precisamos as pessoas para saberem, às vezes, como é singelo o diálogo e a oportunidade de crescimento. Possamos nós do Mobral ter a humildade e a universalidade de podermos falar com todos e entender a cada um, de falar com cada um e entender a todos. Dessa forma, servimos a nós mesmos, a nossos companheiros do Movimento Brasileiro de Alfabetização e à comunidade nacional.

Não esperamos que este seja um ano de festa por motivo de nos sobrares recursos, meios e alegria. Mas achamos, sim, que pode ser uma comemoração feliz na medida em que soubemos atravessar o período de dificuldade.

Pessoalmente, muito obrigado a todos, aos meus companheiros do Mobral, do Mobral Central, das Coordenações, do Mobral Movimento Brasileiro de Alfabetização, Comissão Municipal, Préfeitos, Voluntários, Merendeiras, Monitores, Alfabetizadores, seja lá quem for, a todos aqueles que, com seu silêncio ou com seu trabalho, com sua crítica ou com seu aplauso, com a sua contribuição ou até com a desesperança, tiveram contato conosco e nos permitiram trabalhar para mais de 1 milhão de brasileiros, que, sabemos, ainda é uma tarefa pequena diante das necessidades nacionais, mas é muito, é muito para o pequeno número que somos, e dessa tarefa podemos nos orgulhar — o Mobral não deve nada a ninguém, embora o Brasil precise cada vez mais de nós.

Feliz Festa, Feliz Ano-Novo, Feliz 1984, que é o que todos merecem.

Claudio Moreira

AÇÃO COMUM

Editado pelo Departamento de Comunicação, da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral - Rua da Alfândega, 214 - Centro - Rio de Janeiro - CEP 20070.

Presidente: Claudio Moreira
Jornalista Responsável: Everardo Wilson de Lima Pinho - registro profissional nº 11.494 (RJ)
Produção Editorial: Departamento de Comunicação da Fundação Mobral.

O jornal Ação Comum está sendo impresso pela Editora Abril S.A. e distribuído pela firma Distribuidora Fernando Chinaglia S.A. No caso de qualquer irregularidade no recebimento, solicitamos comunicar à redação. Rua da Alfândega, 214 - Centro - CEP 20070 - RJ.

Agenda

Teatros e prêmios

O Instituto Nacional de Artes Cênicas — Inacen — já publicou os editais que regulamentam, para o ano de 1984, o Concurso Nacional de Dramaturgia nas seguintes categorias: Prêmio Bricio de Abreu (monografia em artes cênicas); Prêmio Pedro Veiga (dramaturgia infantil); Prêmio Paschoal Carlos Magno (dramaturgia universitária); Prêmio Hermilo Borba Filho (bonecos); Prêmio Van Jafa (jornalismo); e Prêmio Nelson Rodrigues (dramaturgia). Os editais encontram-se à disposição dos interessados no Inacen, na Av. Rio Branco, 257,

13º andar, Rio de Janeiro-RJ.

História/MG

A Universidade Federal de Uberlândia programou para 1984 um Curso de Especialização em História Moderna e Contemporânea, com 360 horas/aula, divididas em três fases: de 2 a 21 de janeiro, de 2 a 14 de julho e de 2 a 22 de janeiro de 1985.

Monografias/83

A Funarte, com o objetivo de promover o enriquecimento da bibliografia da música popular brasileira e apoiar a atividade de pesquisa nessa área cultural do

nosso país, instituiu o Projeto Lúcio Rangel de Monografias/83, cujos temas deverão abordar os aspectos marcantes da vida e da obra do pianista, regente e compositor Radamés Gnattali, bem como a influência dos bares cariocas no desenvolvimento da música popular. Os concursos ora lançados em âmbito nacional têm o patrocínio do Conselho Nacional de Direito Autoral — CNDAA — e premiarão com Cr\$ 4 milhões os melhores trabalhos. O prazo da entrega vai até o dia 2 de janeiro de 1984. Maiores informações poderão ser obtidas na Rua Araújo Porto Alegre, 80, RJ.

Coluna do leitor

1984 à vista

"Tempo de sombras. Mas resta a esperança, como o sol, apesar das nuvens, da noite. O Ano-Novo é um Natal em cada vida. O Natal, um perpétuo Ano-Novo de amor e paz. Festeje o Ano-Novo como um ato de fé e esperança. Lembre-se do que disse Cyranka, o comandante, ao se aposentar depois de milhares de horas de vôo: 'Viver sempre vale a pena'. É preciso crer na vida, para sobreviver. Boa sorte, amigos".

Deputado J. G. de Araújo Jorge - Brasília/DF.

Fotos

"Enviamos as fotografias do encerramento das atividades e entrega de certificados aos concluintes dos cursos do Petra, realizadas no dia 14 de outubro do corrente ano. Tivemos o integral apoio do Prefeito Adalberto Rodrigues, entidades locais e comunidade. Gostaríamos que fossem apresentadas, no jornal Ação Comum, os nossos agradecimentos. A nossa programação de Natal é trabalhar junto à

Prefeitura, entidades e comunidade para, unidos, realizarmos festas natalinas que não acontecem há 10 anos. Contamos com o apoio de toda a equipe do Mobral Central".

José Vitalino da Silva - Presidente da Comun - Maraial/PE.

Conclusão de curso

"A Comissão Municipal de Sumaré sente-se honrada em convidar para as solenidades de entrega de certificados aos alunos do Mobral que concluíram o curso de Alfabetização Funcional no ano de 1983. Aproveitamos a ocasião para desejar que a paz e as alegrias do Natal sejam o símbolo do ano que se anuncia".

Orlando I. Domingues - Presidente da Comun - Sumaré/SP.

Mensagem

"Ao Dr. Claudio Moreira e equipe do jornal Ação Comum, bem como a todos os familiares, com um fraternal abraço. O jornal está magnífico, informando e orientando com detalhes. Que Deus os abençoe e que tenham sempre a proteção de Nossa Se-

nhora e possam dar sequência a este maravilhoso trabalho. A todos, um Feliz Natal e um venturoso 1984".

Themistocles Signorini Filho - São José do Rio Preto/SP.

Parabéns

"Senhor Presidente, Temos a satisfação de acusar o recebimento da edição nº 45, relativa ao mês de agosto deste ano, do veículo Ação Comum, órgão de divulgação do Movimento Brasileiro de Alfabetização, pelo que agradecemos a distinção. Nesta oportunidade, queremos parabenizar a Fundação Mobral pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol da educação brasileira e a equipe editora pela qualidade das matérias apresentadas. Lembramos igualmente que o mencionado veículo é uma excelente forma de comunicação entre as empresas e o Movimento Brasileiro de Alfabetização".

Engenheiro Francisco Cesar Pierre B. Lima - Diretor-Presidente da Cia. de Água e Esgoto do Ceará - Fortaleza/CE.

Serviço

Teatros/RJ

Dentro de sua política de valorizar a dramaturgia brasileira, o Instituto Nacional de Artes Cênicas inaugura, após reformas, dois novos espaços teatrais no Rio de Janeiro: o Café Concerto Rival, na primeira quinzena de dezembro, e o Teatro Dulcina, a partir do dia 20 de janeiro. Nos dois palcos serão encenados quatro autores nacionais, com a participação de 51 atores.

Cinema/RJ

Durante este ano, a Embrafilme já lançou no mercado 35 filmes nacionais, possibilitando ao cinema brasileiro avançar na luta por uma fatia maior do mercado interno. Este número é superior

ao do ano de 1981, quando foram lançados 19 filmes, e ao do ano passado, com 22 filmes. Para 1984, a Embrafilme já contratou, até agora, 23 novas produções.

Museu/MG

A Universidade Federal de Ouro Preto está inaugurando as novas instalações do Museu de Mineralogia instalado na Escola de Minas. O projeto das novas instalações e do acervo é do Prof. Pierre Bariand, conservador do Museu de Mineralogia de Paris.

Treinamento/AM

Dentro do projeto Integração da Universidade na Amazônia, a Universidade do Amazonas im-

plantou um Centro de Treinamento no Município de Coari, onde são desenvolvidas atividades de treinamento de mão-de-obra especializada em técnicas agropecuárias.

Ambulatório/CE

Aproximadamente três mil crianças estão sendo atendidas mensalmente no Ambulatório Integrado de Assistência à Infância, do Departamento de Saúde Comunitária da Universidade Federal do Ceará. A proposta básica do ambulatório é desenvolver um trabalho pioneiro na área da Pediatria, com uma perfeita integração entre a assistência à comunidade e o ensino.

Jornais Recebidos

O Mensageiro - nº 1 - Porto Velho - RO. O Sentinela - nºs 3 e 4 - Presidente Médici - RO. Mobral Aqui - nº 3 - Florianópolis - SC. Brasil-Oriente - nº 2 - São Paulo - SP. O Cata-vento - nº 81 - São Paulo - SP. Jornal Contagem - nº 61 - Belo Horizonte - MG. Irapuã - nº 42 - Cachoeiro de Itapemirim - ES. CST Jornal - nºs 42 e 43 - Vitória - ES. O Guia - nºs 32 e 33 - Lagoa da Prata - MG. Informativo O Cepa - nº 15 - Belém - PA. O Seu Jornalzinho - nºs 15 e 16 - Cachoeira - BA. Jornal Cultural Mestre Vitalino - set. 83 - Caruaru - PE. Jornal Capibaribe - ago. 83 - Santa Cruz do Capibaribe - PE. Jornal Juvenil - nºs 54, 55 e 56 - Altinho - PE. O Mobral na Paraíba - nº 14 - João Pessoa - PB. O Mobralpin - nº 13 - Parintins - AM. O Elo - set./out. 83 - Santana - BA. Tribuna do Mobral - nºs 10 e 11 - Imbuia - SC. Tamarari - nº 1 - Vila do Monte - São Francisco do Conde - BA. Perspectiva Universitária - nºs 174, 175 e 176 - Rio de Janeiro - RJ. Jornal da Universidade - nº 11 - Campo Grande - MS. Jornal Universitário - jul./ago./set./out. 83 - Recife - PE. Repórter Rondon - nº 9 - Brasília - DF. O Comércio Goncalense - nºs 10 e 11 - São Gonçalo - RJ. Correio Maxambomba - nºs 569 e 570 - Nova Iguaçu - RJ. O Progresso - nºs 3.702 a 3.709, 3.713 e 3.715 a

3.717 - Dourados - MG. Mobrasa - nºs 4 e 6 - Santo Amaro - BA. Informativo Brahma - nº 63 - Rio de Janeiro - RJ. Tinguá - nº 27 - Nova Iguaçu - RJ. Jornal do Anunciante - nº 136 - São Paulo - SP. Fundacentro - nº 165 - São Paulo - SP. Jornal Israelita - nº 1.840 - Rio de Janeiro - RJ. O Parceiro - nºs 219, 224 e 225 - Arariques - RO. Tribuna do Noroeste - nºs 73 e 74 - João Pinheiro - MG. A Semana - nºs 40, 41, 42 e 44 - Divinópolis - MG. Rondônia Notícias - nºs 1 a 6, 8 e 9 - Porto Velho - RO. Jornal Contagem - nº 62 - Belo Horizonte - MG. Informativo Cultural - set./out. 83 - Matipó - MG. Informativo Empresarial - nº 39 - Aracaju - SE. Boletim do Cefibra - nº 6 - Rio de Janeiro - RJ. Arnotícias - nº 16 - São Paulo - SP. Síntese - nº 26 - Rio de Janeiro - RJ. Gazeta do Trem - nº 3 - Rio de Janeiro - RJ. Ação nº 63 - Rio de Janeiro - RJ. El País - nºs 22 e 23 - Madrid - Espanha. O Magnata - nº 45 - Juiz de Fora - MG. Mobral Comunicando - nºs 1 e 3 - Itaberal - GO. O Jorbral - nº 42 - Recreio - MG. Mobraze - nº 7 - Aracaju - SE. Jornal da Praça - nº 1.291 - Ponta Porã - MS. Jornal do Mobral - nº 5 - Tocantins - MG. Jorbral - nº 1 - Jaru - RO. Boletim Informativo - nº 2 - Mazagão - AP. A Garça - nºs 27 e 28 - Guaiaba - RS. O Solimões - nº 9 -

Manaus - AM. A Cultura - ago./set. 83 - Presidente Dutra - MA. A Nova Estrela - nº 2 - Matões - MA. O Pequeno Informativo - nº 14 - Vargem Grande - MA. O Corrente - nº 3 - Correntina - BA. O Vagalume - nº 4 - Coribe - BA. Mobral de Cachoeira - nº 16 - Cachoeira - BA. O Sertanejo - nºs 1 e 2 - Caculé - BA. Jornal Cactus - out. 83 - Juazeiro - BA. O Velho Chico - nº 1 - Bom Jesus da Lapa - BA. Tribuna do Mobral - nºs 4, 5 e 6 - Cícero Dantas - BA. O Buriti - nº 1 - Macaúbas - BA. O Engenho - nº 1 - Terra Nova - BA. Olho Vivo - nº 11 - Alcântara - São Gonçalo - RJ. Jornal da Copaga - nº 11 - Nova Londrina - PR. Jornal Mobral - nº 33 - Abaetetuba - PA. O Corujinha - nº 3 - Suzano - SP. O Freio - nº 142 - Limeira - SP. Mobralândia - ago./set. 83 - Petrolândia - PE. Jornal Mobral - ago./set. 83 - Brejo da Madre de Deus - PE. Library Journal - nº 17 - New York - USA. Mobral Comunicando - nº 5 - Itaberal - GO. O Itapirapense - nº 1 - Itapirapuã - GO. Informativo Nobre - nº 6 - Patrocínio - MG. Interbral - nº 1 - Pará de Minas - MG. O Mensageiro - nº 1 - Curvelo - MG. O Mensageiro - 19 - C. Rico - MG. Mobralíssimo - nº 1 - Campanário - MG. Em Destaque - nº 2 - Ferros - MG. O Despertar - nº 3 - Monte Azul. A Voz do Mobral - nº 15 - Itatina - MG.

Luta pela educação é de todos

O que vai pelas Coordenações

RS — Numa promoção da Coordenação do Mobral/RS, do Movimento Tradicionalista Gaúcho — MTG —, Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore e da Prefeitura Municipal de Soledade, realizaram-se o VII Festival Estadual de Arte Popular e a III Feira Estadual de Artesanato. Destaque para os seguintes concursos: gaita-de-boca e gaita-ponto com mais de oito baixos; intérprete vocal masculino e intérprete vocal feminino; conjuntos vocais; declamação; fandango; trovas; chula; grupos de dança; e a realização de uma missa crioula campal.

MG/Sul — Vem sendo desenvolvida uma ação conjunta entre a Coord. MG/Sul e a Universidade Federal de Viçosa — UFV. Para tanto, realizou-se, naquele município, o I Seminário Regional de Agentes do Programa de Educação Pré-Escolar, com carga de 30 horas. A abertura se deu com o pronunciamento do Pré-Reitor acadêmico da UFV, Prof. Eloy Gava, que passou, em seguida, a palavra à Coordenadora do Mobral, Maria Helena Zandonadi. Na oportunidade, foi projetado o VC Criança, Sonho e Realidade, mostra do Projeto em desenvolvimento. Participaram do Seminário monitores de sete municípios da área de abrangência do Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Zona da Mata.

Ainda em MG/Sul, a fim de dar continuidade à Capacitação de Agentes do Programa de Educação de Adolescentes e Adultos, a Coord. realizou o I Simpósio/Encontro Regional dos Professores dos Projetos de Educação Integrada e Alfabetização Funcional. Para tanto, foram organizados 27 pólos, contando com a presença de 73% dos Agentes. Participaram também elementos das Secretarias Municipais de Educação, Delegacias Regionais de Ensino e Emater, que assumiram a discussão dos conteúdos, adequando-os ao nível dos Agentes.

GO — Durante quatro dias, realizou-se, em São Miguel do Araguaia, a III Feira Regional de Artesanato, promovida pela Comissão Municipal do Mobral e Prefeitura local. A abertura oficial foi feita pelo Prefeito João Alves de Freitas que, em seu pronunciamento, incentivou os artesãos da região. Acontecimentos que marcaram a Feira: exposição de artesanato em bordado, crochê, pintura em cerâmica, gesso, vidros e tecidos; apresentação da música de São Miguel do Araguaia e de duplas sertanejas, catiras, forró e músicas populares. Estima-se que a Feira teve a presença de cerca de 680 pessoas. Ainda em Goiás, o 13º aniversário do Mobral foi comemorado no Município de Ponta Alta do Norte, num encontro de confraternização. Foram distribuídos, na Comun, presentes através de brincadeiras, como "o amigo secreto", tendo participado membros da Comissão e alunos do PAF e do PEI. O Presidente da Comun, Prof. Antonio Pereira Nunes Filho, fez um discurso, destacando a importância dos programas do Mobral. No encerramento, foi servido um coquetel aos convidados, promovido pelos alunos e membros da Comissão Municipal.

CE — A Comissão Municipal do Mobral, juntamente com a Prefeitura Municipal de Quixerê, foi a responsável pelo brilhantismo da IV Feira de Artesanato Municipal — Feartem —, realizada nessa cidade, no interior cearense. Estiveram em destaque peças em madeira, couro e palha, assim como a presença de violões repentistas e da Minimobralteca, que se

deslocou de Fortaleza para Quixerê, provocando os aplausos de toda a comunidade.

AL — Foi realizado na cidade de Arapiraca, numa promoção da Coordenação de Alagoas, o III Festival Estadual de Arte e Folclore do Estado, evento tradicional que a cada ano é organizado em um município diferente. Foram mobilizados artesãos, grupos folclóricos e teatrais, bandas, corais, visando reunir, numa grande festa de integração cultural, as mais diversas manifestações espontâneas do povo.

PA — Realizou-se na quadra de esportes de Ananindeua o VI Encontro Anual de Compositores do Município, numa promoção do Mobral e da Prefeitura local. A promoção, que teve o apoio do comércio e de toda a comunidade, já é uma tradição no calendário cultural da cidade, objetivando sempre ampliar o campo da arte musical, incentivar e divulgar a produção de compositores, despertando-os para o profissionalismo. O evento em questão pretende também trazer a público o trabalho desenvolvido pelo Mobral.

BA — Foi realizada no Município de Quijingue uma campanha SOS em benefício dos flagelados da seca que assola o Nordeste. A referida campanha teve início com a celebração de uma missa em ação de graças aos flagelados, com cada membro da comunidade levando um quilo de gêneros alimentícios.

O Prefeito, Felisberto José da Silva, deu todo o apoio ao evento, assim como o Secretário Municipal, Otávio de Oliveira Farias, Presidente da Comun de Quijingue. Houve desfile de alunos do Centro Educacional Assistencial Quijingueense, organizado por elementos do Mobral local; recolhimento de roupas e dinheiro, destinados aos flagelados; e a realização de um show, cujo ingresso era um quilo de qualquer tipo de alimento ou roupas. No dia seguinte, deu-se a distribuição do material arrecadado no centro da cidade, tendo sido atendidas 59 pessoas necessitadas.

SC — Cerca de 4 mil pessoas, representando praticamente todos os municípios de Santa Catarina, estiveram presentes nos dias 25, 26 e 27 de novembro em Ituporanga, a fim de participarem do IX Encontro Cultural do Mobral Catarinense — Emobresc. A Comissão Central Organizadora teve a presidência do Prof. Verino Alberton. A realização do IX Emobresc contou com o apoio da Prefeitura Municipal e da Coordenação do Mobral do estado.

AC — O Mobral participou do Seminário Aberto sobre a Educação no Estado do Acre. O Prof. Cláudio Augusto, encarregado dos Programas e Projetos da Coord./AC, fez uma exposição sobre a política do Mobral no Acre. Ainda nesse estado, deu-se a cerimônia de encerramento das atividades do Esporte para Todos, trabalho desenvolvido com duas outras entidades: a Prefeitura Municipal de Rio Branco e o Projeto Rondon. Ao evento compareceram membros da Coordenação do Mobral, o Prefeito Municipal de Rio Branco, a Secretária Municipal de Educação e Cultura, Deputados Estaduais, Secretários de Estado e a comunidade em geral.

MG-Norte — Com o intuito de promover a integração e a participação de famílias rurais, a Comissão Municipal do Mobral de Ituiutaba e a Emater de

Minas Gerais promoveram a I Olimpíada Rural de Ituiutaba, realizada na Associação Atlética Banco do Brasil e no Polivalente. Participaram do evento 250 atletas.

MS — A Coordenação do Mobral de Mato Grosso do Sul recebeu a visita de dois técnicos do Quênia, na África Oriental, que vieram ao Brasil a fim de assimilar novas técnicas educativas e adaptá-las à realidade de seu país. A viagem foi patrocinada pela Unesco e privilegiou, além do Mato Grosso do Sul, o Estado do Rio de Janeiro. Os representantes do Departamento de Educação de Adultos do Quênia são: George W. Murugu e Cornelius Kipkoech Mutai.

PR — Foi assinado um convênio entre o Mobral e a Universidade Federal do Paraná, estando presentes ao ato o Coordenador do Mobral, Arthur Fernandes Pina Ribeiro, e o Prof. Nelson Arthur Costa, representando a Universidade Federal do Paraná. O convênio tem por objetivo o treinamento, em atividades de Educação Física e Artística, de professores do Pré-Escolar e das séries iniciais do ensino de 1º grau, abrangendo 12 municípios do estado. Um segundo convênio atenderá às necessidades no campo de Saúde e Agropecuária, sendo extensivo à população rural carente.

AM — Têm sido intensas as atividades programadas pela Coordenação do Mobral no Amazonas. Na praça da Saudade, em Manaus, realizou-se a I Feira Livre de Arte, uma promoção do Governo do Estado e de várias entidades amazonenses. O objetivo da Feira foi promover artistas populares, levando-os à praça, para que eles mesmos fizessem a exposição e a venda de seus trabalhos. A Coord./AM participou ativamente da Feira, através da Minimobralteca Sapopema, desenvolvendo atividades sociorecreativas com a criança presente, mostrando o artesanato de Uruará e apresentando violões, que cantaram e venderam seus folhetos de cordel.

Também no Amazonas, a Técnica Alice Trindade realizou significativa supervisão no Município de Ipixuna, onde, segundo ela, funciona uma Comun dinâmica e interessada em seu trabalho, além de existir um Posto do Mobral bem organizado e haver grande interesse por filmes e muita demanda de PAF e Pré-Escolar. Por falar em PAF, foi assinado um convênio entre a Coord./AM e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para a execução do Projeto de Alfabetização Funcional, no atendimento a cinco classes/grupos de garfs. Das cinco classes conveniadas, três funcionam numa garagem da Prefeitura, uma no Centro Social Urbano do bairro Parque 10 de Novembro e a outra no bairro da Compensa II. No campo da Saúde, a Coord./AM vem participando do Programa de Saúde produzido pela Televisão Educativa do Amazonas, com a cessão do material anteriormente utilizado pelo Programa de Educação Comunitária para a Saúde, do Mobral. O Programa é dirigido à população de baixa renda, localizada na periferia de Manaus, atingindo ainda os Municípios de Itacoatiara e Manacapuru. Finalmente, a Coord./AM continua apoiando as ações de iniciativa locais para hortas comunitárias, numa linha objetiva e educativa. Vários municípios vêm desenvolvendo este projeto com muita eficácia. Entre eles, Eirunepé e Uarini.

Ao falar, em outubro, aos empresários reunidos na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, o Presidente do Mobral, Claudio Moreira, disse que "o papel do empresariado na luta contra o analfabetismo e suas extensões é fundamental, pois esta é uma luta de todos; caso contrário, não será vitoriosa. Precisamos do empresariado não somente no aspecto financeiro mas, principalmente, no seu engajamento, sua adesão".

Para Claudio Moreira, o empresariado brasileiro é e poderá continuar sendo colaborador permanente do Movimento Brasileiro de Alfabetização, que hoje sensibiliza não só as mais largas camadas da população, como um todo, mas também sua elite dirigente, da qual os empresários fazem parte. O orador fez referência à principal fonte de recursos da Entidade, que é a parcela de 2% do Imposto de Renda devido pelas pessoas jurídicas e destinada voluntariamente ao Mobral, dizendo que os recursos são escassos, mas a participação dos empresários é fundamental.

Convênios

A visita do Presidente do Mobral a Porto Alegre teve como objetivo intensificar os contatos com entidades públicas e particulares dos sistemas estaduais e municipais de ensino, bem como realizar projetos conjuntos na área de educação continuada de adolescentes e adultos. Ele assinou seis convênios que envolvem ações pedagógicas e culturais. A cerimônia ocorreu no Palácio Piratini, sob a presidência do Governador Jair Soares, e os convênios constituem trabalho conjunto com o Gabinete da Primeira Dama do Estado, a Secretaria de Estado de Educação e Cultura, a Fundação Estadual do Menor — Febem —, a Fundação Nacional do Índio — Funai — e a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre.

Abrangência

Na oportunidade, o Presidente do Mobral reiterou a importância da assinatura de convênios e acordos que proporcionem o desenvolvimento das atividades da Instituição quanto a programas, projetos e atividades de saúde, culturais, de nutrição e de profissionalização, que representem as extensões da educação permanente.

O convênio firmado com o Gabinete da Primeira Dama do Estado visa a desenvolver ações conjuntas de atendimento ao idoso e à criança pobre, cobrindo 244 municípios do Rio Grande do Sul. O acordo com a Secretaria de Educação e Cultura objetiva implantar o Programa de Alfabetização Funcional nas escolas do estado que já mantêm o Programa de Educação Integrada (correspondente às quatro primeiras séries do 1º grau) e em outras que se mostrarem interessadas. O projeto abrangerá os municípios que solicitarem os referidos programas, através das Delegacias de Educação.

Em todos os municípios nos quais a Febem mantém estabelecimentos de assistência ao menor serão implantados os programas de Educação Supletiva, Educação Pré-Escolar, projetos especiais e de desenvolvimento cultural. O acordo com a Funai visa a prestar assistência técnica e executar projetos nas áreas de Educação Supletiva e Educação Pré-Escolar, de modo integrado com a entidade de proteção ao índio e

através da 13ª Delegacia Regional. Abrangerá as oito reservas indígenas existentes no estado.

Com a Fundação Projeto Rondon, o acordo foi no sentido de expandir sua atuação e assistir melhor à clientela atendida pelo Mobral no Município de Pelotas. E com a Secretaria Extraordinária para Assuntos da Grande Porto Alegre pretende-se realizar ação favorável ao desenvolvimento dos programas, projetos e atividades do Mobral em 14 municípios.

A fim de operacionalizar os convênios e termos de colaboração, o Mobral compromete-se em prestar assistência técnica às instituições assim como fornecer material didático para a execução dos projetos.

Metas e bom senso

Ao conceder entrevista coletiva aos jornais de Porto Alegre, Claudio Moreira disse que o Mobral, para 1984, "não está preocupado com metas únicas, porque já se desligou da paranóia de persegui-las. Agora, a Fundação está preocupada em realizar um trabalho de educação mais amplo, sendo necessário somar recursos — técnicos, financeiros, humanos. Por isto, um dos objetivos do Mobral é o de se aproximar cada vez mais dos empresários. Lembrou que os recursos são totalmente captados da contribuição das empresas sobre o percentual deduzido do Imposto de Renda, por lei.

Falando sobre índices de analfabetismo e dos êxitos da Fundação nesta área, explicou que, em números absolutos, segundo dados de 1981, o Brasil ainda tem 17 milhões de analfabetos. Nos 13 anos de atuação do Mobral, entre 14 e 15 milhões de adolescentes e adultos passaram pelas classes de alfabetização funcional. De todos os estados brasileiros, Maranhão e Alagoas são os que têm o maior número de analfabetos, e Santa Catarina, o menor, considerando-se quase erradicado o fenômeno do iletrado.

Claudio Moreira disse que o Mobral "tem sido incompreendido e destruído pelos incorrigíveis incrédulos dos valores brasileiros, mas louvado e laureado, internacionalmente, pelos que têm acompanhado seu desempenho nos 13 anos de sua concretude tão benéfica a milhões de compatriotas". Frisou que a Instituição que dirige provavelmente tenha mudado a realidade brasileira, embora isto seja mal percebido, e que o seu trabalho é indispensável. "Procuramos o modelo bom e barato", acrescentou, "e não o ótimo e custoso, nem o paternalismo sem assunção da responsabilidade".

O Presidente do Mobral esclareceu ainda que a Instituição atua em quatro frentes básicas, desdobradas em programas e projetos: pedagogia, profissionalização, educação sanitária — compreendendo saúde, higiene, alimentação — e cultura, integradas numa filosofia global de ação comunitária. Tais áreas constituem a extensão necessária para evitar a regressão do neo-analfabetizado e manter seu interesse no crescimento social, econômico e cultural.

Ao concluir, exortou o empresariado a buscar mecanismos, formas de concretizar sua adesão ao Mobral para, juntos, encontrarem a melhor maneira de servir à população mais carente, elevá-la, qualificá-la, torná-la mais produtiva e feliz.

Declaração faz 35 anos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja íntegra publicamos nesta edição, está completando 35 anos. Ela foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a 10 de dezembro de 1948. Após a histórica medida, a Assembleia pediu a todos os países-membros que publicassem o texto da Declaração, a fim de que fosse "disseminado, mostrado, lido e explicado principalmente nas escolas e outras instituições educacionais, sem qualquer distinção baseada na situação política dos países ou territórios".

A Declaração Universal dos Direitos Humanos tem sido um apanágio da liberdade do indivíduo e das coletividades neste século, desde sua proclamação, pois reconhece, em seu art. 1º, que todos os homens são dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade, o que traduz respeito à dignidade da espécie humana com os dotes que a distinguem dos animais irracionais.

Eis o texto da Declaração:

Preâmbulo

"Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavras, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor de pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora, portanto, a Assembleia Geral proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Art. 1º - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2º - I - Todo homem tem capacidade para gozar os direitos e as liber-



dades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

II - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Art. 3º - Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 4º - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Art. 5º - Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6º - Todo homem tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Art. 7º - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 8º - Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.

Art. 9º - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Art. 10 - Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e pública audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Art. 11 - I - Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

II - Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Art. 12 - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Art. 13 - I - Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.

II - Todo homem tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Art. 14 - I - Todo homem, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

II - Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 15 - I - Todo homem tem direito a uma nacionalidade.

II - Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

Art. 16 - I - Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

II - O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.

III - A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Art. 17 - I - Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

II - Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.

Art. 18 - Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.

Art. 19 - Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Art. 20 - I - Todo homem tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

II - Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Art. 21 - I - Todo homem tem direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.

II - Todo homem tem igual direito de acesso ao serviço público de seu país.

III - A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Art. 22 - Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indis-

pensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Art. 23 - I - Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

II - Todo homem, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.

III - Todo homem que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

IV - Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses.

Art. 24 - Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Art. 25 - I - Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

II - A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Art. 26 - I - Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

II - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

III - Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Art. 27 - I - Todo homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

II - Todo homem terá direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.

Art. 28 - Todo homem tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Art. 29 - I - Todo homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.

II - No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.

III - Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Art. 30 - Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos".

Planejar ou controlar?

AC — *Ministro, qual a diferença entre planejamento familiar e controle da natalidade?*

MINISTRO — São duas ações complementares diferentes. O controle da natalidade é uma imposição do Estado sobre a sociedade, a família. É uma ação compulsória que se exerce sobre o casal, para que ele diminua o número de filhos. É o que acontece hoje na China e na Índia e, pelo que sei, esse controle não tem dado certo.

O que nós desejamos é um planejamento familiar, realizado de forma soberana pelo casal. O casal é quem deve planejar a sua prole, conforme as suas possibilidades de criá-la. Criar uma criança significa dar-lhe boa alimentação, educação, vestuário, teto e dar o aconselhamento na família. Isto é planejamento familiar e, conseqüentemente, é também paternidade responsável.

AC — *Como o senhor vê a projeção da população brasileira para o ano 2000?*

MINISTRO — A taxa atual em que estamos crescendo, o dado já é estarrecido. Vejamos daqui a 23 anos. No ano 2006, com a taxa de crescimento atual do Brasil, que foi na última década de 2,49%, o País terá dobrado a sua população. Seremos 260 milhões de brasileiros. É um número que, pelo espaço físico do País, é até suportável.

Mas não é bem à quantidade que se visa e sim à qualidade de vida do homem brasileiro que está surgindo desse crescimento. A taxa de 2,49% é a média nacional. Nas áreas mais carentes e de famílias numerosas, esse índice passa de 3,0%. Então, é a miséria alimentando a miséria, é a pobreza gerando a pobreza.

AC — *A cada minuto morrem muitos brasileiros com menos de um ano de idade e há grande quantidade de mulheres com mais de quatro filhos. Não será tempo de pensarmos concretamente sobre isto?*

MINISTRO — Recentemente, no Congresso Nacional foi realizado o I Congresso de Planejamento Familiar e Proteção Materno-Infantil, sob a coordenação da Senadora Eunice Michillis. O País está consciente da necessidade de dar proteção materno-infantil. Primeiro, temos que proteger a mulher e assim estaremos protegendo a criança.

As mulheres das áreas carentes têm filhos seguidamente. Os cientistas dizem que o espaço mínimo deve ser de dois anos entre um filho e outro, para a própria saúde da mulher. Se a mulher seguisse essa norma e começasse a ter filhos na idade recomendada, dos 19 aos 35 anos, sua prole seria bem reduzida. O problema da criança que morre no primeiro ano de vida é o problema da família carente. A criança morre por subnutrição ou doença adquirida. Ela é filha de pais sem saúde. A mãe pobre, subnutrida transmite isso à criança, que nasce sem imunidades.

A subnutrição causa lesões cerebrais irreversíveis, uma vez que as células da massa cinzenta são formadas no primeiro ano de vida. Essas crianças subnutridas vão para a escola e ou saem na primeira série ou ficam repetindo a primeira série várias vezes até desistirem.

AC — *Vê um crescimento populacional acelerado um problema ou um sintoma da má distribuição de renda e do lento crescimento econômico?*

MINISTRO — É difícil definir a causa e o efeito. Se todas essas famílias tivessem recursos, poderiam procurar auxílio médico, e o problema seria minorado. Nesse caso, a pobreza é acompanhada pela falta de informação. Essas crianças de famílias carentes vêm ao mundo por um acaso biológico. As famílias das camadas médias já fazem o seu próprio planejamento familiar, tendo normalmente 2 ou 3 filhos.

AC — *Ministro Waldir Vasconcelos, a Escola Superior de Guerra tem levanta-*

O Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Brigadeiro Waldir Vasconcelos, concedeu entrevista exclusiva ao Ação Comum, sobre o tema política demográfica, em Brasília.

do, ultimamente, a questão demográfica brasileira. Existe algum consenso quanto a este assunto dentro da ESG?

MINISTRO — Eu determinei à ESG que, este ano, estudasse o Programa Demográfico Brasileiro. A Escola me entregou o trabalho em termos de Política Demográfica. Dentro da Política Demográfica existem outras coisas, como o Planejamento Familiar.

No trabalho da ESG, há vários assuntos, como, por exemplo, a distribuição espacial do povo brasileiro. Nos últimos 30 ou 40 anos ocorreu no Brasil o fenômeno da inversão. Até 40 anos atrás, 70% da população vivia no campo e 30% na cidade. Hoje a relação se inverteu: 70% encontram-se nas cidades e 30% no campo. Isso leva à inchação das grandes cidades, como o Rio e São Paulo. Cuiabá, por exemplo, está crescendo à taxa de 17% ao ano. Mas como se criar uma infra-estrutura para acolher todo esse aumento populacional?

O Rio de Janeiro cresce em 350 mil habitantes por ano. A Grande São Paulo aumentava em 400, 450 mil habitantes por ano, há pouco tempo. Imaginemos uma cidade de 400 mil habitantes; ela precisará de calçamento, habitação, escolas, etc. Imagine-se o que é criar toda essa infra-estrutura por ano. Este é um item da política populacional, a distribuição espacial do povo brasileiro. E um problema difícil de ser resolvido porque, para as pessoas não virem para a cidade, tem de haver uma forma de segurá-las mais tempo no interior, nas comunidades pequenas. Essas comunidades, distantes umas das outras, podem oferecer uma vida mais saudável. A infra-estrutura urbana necessita de muito investimento. Nós, no Brasil, não temos poupança interna para cobrir todas essas necessidades.

AC — *Como o senhor vê o fortalecimento das pequenas comunidades?*

MINISTRO — Vejo com muita simpatia.

AC — *E a associação de municípios?*

MINISTRO — É um dos caminhos. A associação de municípios é necessária, pois as pequenas comunidades do interior estão sofrendo na carne todo tipo de problema. À medida que o município cresce em população, o prefeito tem logo de pensar em criar novo distrito. Não vamos deixar aflorar o gigantismo nessas cidades. As cidades brasileiras, principalmente as capitais, estão todas inchadas, doentes. Brasília, com apenas 20 anos, já está inchada. O governador faz um esforço tremendo, mas é sempre preciso fazer mais. Porque no fim do ano as cidades periféricas, como Ceilândia, já têm mais gente.

AC — *O senhor abordou essa questão no Congresso Nacional. O XII Congresso de Proteção Materno-Infantil foi uma iniciativa do Congresso Nacional?*

MINISTRO — Não; foi uma iniciativa da Senadora Eunice Michillis. Houve também no Congresso a CPI do Senado sob o título Crescimento Populacional Brasileiro. Acompanhei e participei, dando o meu apoio.

AC — *A Conferência Mundial sobre População, realizada em Bucareste nos anos 70, parece que trouxe uma mudança sobre a questão demográfica. As proposições daquela época já não deveriam estar sendo operacionalizadas?*

MINISTRO — Acho que sim. Principalmente no Brasil, o problema deveria ter começado a ser enfrentado há 20 anos. Eu venho defendendo essa participação há anos. Levantei o problema em 1968. Infelizmente, por motivos políticos, não se adotou qualquer medida. Se tivéssemos adotado uma atitude,

este problema já estaria minorado.

AC — *Como explica que o Brasil ainda seja dos poucos países da América Latina que não têm um trabalho educativo com informações sobre sexualidade nas escolas do 2º grau?*

MINISTRO — Abordei o assunto quando falei no Congresso, por ocasião do Simpósio sobre o Materno-Infantil. Sou contra haver nas nossas escolas aulas sobre sexualidade. Acho que deveria ser introduzida, para crianças de 12 ou 13 anos, de ambos os sexos, uma coisa sobre ética e moral para ensiná-las a respeito da paternidade responsável. É uma das coisas mais graves que estão ocorrendo no País — o filho da mãe solteira. É típico da paternidade irresponsável de ambos os sexos, tanto da menina quanto do rapaz. Desde a escola de 2º grau, eles deveriam tomar consciência disto.

Em São Paulo, segundo informações disponíveis, 9 em 10 crianças nascidas na periferia urbana são filhas de mãe solteira. Qual o estímulo dessa criança? Pode ser até que a mãe a sustente porque, por norma, o pai vai embora. Como criar um filho sem companheiro? A mãe vai trabalhar; logo, não lhe pode dar boa assistência. Aqui em Brasília há milhares desses casos. Na maternidade, muitas mães abandonam os filhos. Este é um problema para a escola explorar. Agora, educação sexual na escola é muito perigoso. Deveríamos partir para a ética. Nossa juventude deveria ser alertada e conscientizada para isso através da Igreja. Como para o problema do aborto, do filho indesejável que vem da paternidade irresponsável.

AC — *A democratização do País e a maior participação da mulher no mercado de trabalho não são elementos essenciais para que haja, também, uma democratização dos conhecimentos sobre essa regulação da fertilidade?*

MINISTRO — Creio que sim, estamos sendo muito injustos. As famílias das classes médias e superiores já fazem conscientemente seu planejamento familiar. Mas as famílias pobres estão sendo discriminadas. Embora elas queiram fazer seu planejamento, não têm nenhum tipo de apoio, nenhuma informação. Para fazerem o seu planejamento, elas têm de ter a indicação médica e recursos materiais.

AC — *Segundo estudos realizados em favelas, o medicamento mais consumido lá, sem orientação médica, após o analgésico, é o anticoncepcional oral.*

MINISTRO — Pois é. Veja como é um grande erro se fazer isso sem aconselhamento médico. Pois esse medicamento oral é recomendado em alguns casos e em outros não. Por exemplo, uma pessoa com pressão alta não deve usar esse tipo de anticoncepcional.

AC — *O agravamento das questões sociais, no País, sobretudo no Nordeste, no seu entender, poderia ser minorado com uma atuação dirigida especialmente à mulher?*

MINISTRO — Completamente. Os problemas materno-infantis são mais urgentes no Nordeste do que em qualquer outra parte do Brasil. Lá há mais pobreza e é onde o crescimento demográfico é maior. A população analfabeta com mais de 15 anos, hoje, é mais de 40% no Nordeste. Junte-se a isto a seca cíclica. Ainda não há solução para a seca, fenômeno meteorológico. A ciência não está desenvolvida para acabar com a seca. Pode ser que num futuro longínquo se possa acabar com o fenômeno. E o drama humano é maior do que o da terra. Hoje o Nordeste são 38 milhões de almas; daqui a 23 anos, no ano 2006, vai dobrar: dá 76 milhões. A seca que ocorrer na ocasião causará um drama humano dobrado.

AC — *O senhor quer fazer alguma recomendação em termos dos programas de aleitamento materno?*

MINISTRO — O aleitamento materno tem três grandes vantagens. Primeiro, para a mulher — eu sei disso pelos cientistas que vêm conversar comigo; o aleitamento evita o câncer da mama. Segundo, ele beneficia tremendamente a criança porque é o alimento da mãe o mais forte de todos. Naturalmente, ela deve alimentar-se muito bem. Terceiro, enquanto a mãe aleita os filhos, não pode entrar em nova gestação. Mas acho que a moda proíbe a mulher de aleitar o filho. Isto deve ser alertado às jovens do 2º grau, nas escolas, através da Educação Moral e Cívica ou Moral e Ética. Uma criança amamentada com leite materno não sofre de subnutrição, além de ser saudável para a mulher esta prática.

AC — *Ministro, o senhor poderia fazer uma proposta com relação ao tema Planejamento Familiar ou Política Demográfica?*

MINISTRO — Estou esperando que a CPI do Senado acabe seus trabalhos e apresente o relatório final. A opinião, unânime em todos os depoimentos, é de que temos que fazer um planejamento familiar. Nesse sentido, houve até uma solicitação do Presidente da República quando de sua mensagem ao Congresso, em 1º de maio de 1983, na qual ele faz um apelo à sociedade brasileira, para que debata esse tema e encontre uma solução. No momento que tivermos esses subsídios na mão, poderemos partir para vitalizar algum programa. Imagino que devamos criar uma Secretaria Especial junto, talvez, à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Essa Secretaria Especial implantará oficialmente o planejamento familiar. Vários órgãos do País estão envolvidos nisso, como o Ministério da Saúde, o da Previdência Social, o da Educação, o Mobral...

AC — *O Mobral é um órgão que tem uma capilaridade imensa. Atinge a mais de 4 mil municípios.*

MINISTRO — O Mobral poderá ser o grande divulgador dessas ideias, da conscientização das famílias. Ele não vai realizar o planejamento familiar, a informação médica, o aconselhamento. Mas poderá transmitir a ideia, induzir aquelas pessoas a procurarem a informação. Eu acho que o Mobral é um instrumento de divulgação do problema. Poderá implantar a noção da paternidade responsável, criar nas pessoas a consciência de que quem gera um filho tem que ter responsabilidade perante Deus de criá-lo e educá-lo.

AC — *Ministro, parece que o Emfa é o único órgão que tem hoje, no País, um dimensionamento concreto das dificuldades causadas pela falta de planejamento familiar, determinando uma queda substancial da qualidade de vida. Porque o Emfa, na medida em que detém o Serviço Militar, é um grande sistema de ausculta nacional da saúde da nossa juventude.*

MINISTRO — Na verdade, o Emfa é o cabeça do sistema do Serviço Militar Brasileiro. Anualmente, os jovens que completam 18 anos têm de se alistar para prestar o serviço militar. No ano passado, por exemplo, foram alistados 1 milhão e 450 mil jovens do sexo masculino. Mas somente 110 a 120 mil jovens são incorporados efetivamente, menos de 10% do total alistado. E a maioria é dispensada por motivo de saúde.

AC — *Existe o problema de muitos municípios não-tributários.*

MINISTRO — Ah, sim, não são tributários. Contudo, todos eles são obrigados a fazer exame de saúde do jovem. Embora o exame não seja sofisticado, é até simples, revela um índice de reprovação de 47%. Isso demonstra o estado de saúde da nossa juventude. Se isto ocorrer no sexo masculino, também deve ocorrer no sexo feminino. Isto demonstra a higidez do povo brasileiro.

RJ/Norte tem diretrizes

Em outubro, a Coordenação do Mobral do Rio de Janeiro/Norte promoveu, em Cabo Frio, durante três dias, o Encontro de Grupos de Supervisão Global, contando com a participação de Prefeitos, Presidentes de Comissões Municipais do Mobral e de Secretários Municipais de Educação. Objetivo: informar aos Encarregados de Supervisão do Mobral as diretrizes específicas dos programas e projetos da Fundação para 1984, a fim de garantir maior envolvimento dos agentes nas ações educativas da Organização. Simultaneamente, o Encontro visou promover uma maior integração das Secretarias Municipais de Educação nas atividades do Mobral, para que suas ações se complementem e o somatório de recursos das instituições resulte em melhor atendimento a alunos dos cursos de alfabetização, educação supletiva e pré-escolar.

Participaram do Encontro personalidades de várias entidades convidadas como a Secretaria Estadual de Educação, o Projeto Rondon, o Ministério do Interior, a Legião Brasileira de Assistência, a Fundação de Assistência ao Estudante — FAE —, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal — Ibam — e outras.

Foram apresentadas as diretrizes políticas do Mobral para 1984: garantir a todo adolescente e adulto que quiser ser alfabetizado esse seu direito; dirigir as ações, prioritariamente, para as áreas onde a agudeza do problema for mais relevante; aumentar e adequar a oferta de oportunidades na área da educação continuada; colaborar cada vez mais com os sistemas estaduais e municipais de ensino; intensificar a educação para o trabalho; difundir noções de saúde, higiene e alimentação; planejar atividades no campo social, integradas com entidades e instituições em nível municipal e estadual.

A programação

O Encontro visou a assegurar maior e mais forte personalidade administrativa à Coord — que corresponde à descentralização que vem sendo perseguida pela Fundação —, uma valorização maior dos alfabetizadores e monitores, além da ampliação da clientela com índice mais elevado de frequência às salas de aula.

A abertura do Treinamento dos Encarregados de Supervisão foi realizada no dia 20 de outubro, pelo Coordenador Eduardo Augusto Viana da Silva. No dia seguinte, logo cedo, houve o relato e troca de experiências entre os Encarregados de Supervisão, tendo sido enfatizada maior integração com lideranças e demais segmentos da comunidade nos diversos municípios fluminenses.

A seguir, realizou-se um estudo e debate sobre o tema Supervisão, com a palavra do Coordenador do Mobral do Rio de Janeiro/Norte, Eduardo Augusto Viana da Silva, do representante do Prefeito de Cabo Frio — o Secretário Municipal de Educação —, Prof. Afonso Santa Rosa, do Prefeito de Laje de Muriaé, Marcus Werneck. Fizeram parte da mesa, presidida pelo Coordenador do Mobral, a Coordenadora-Adjunta do Mobral, o Secretário Municipal de Educação de Cabo Frio, o Prefeito de Santo Antônio de Pádua, o representante da Secretaria Estadual de Educação, o Diretor de Operações do Projeto Rondon, a Superintendente da FAE no Estado do Rio de Janeiro, a representante do Ibam e o Deputado Federal José Carlos Coutinho.

Foi apresentado um painel integrado por técnicos da Coordenação do Mobral, ocorrendo debates e contribuições relacionadas às dificuldades dos municípios no desenvolvimento de ações educativas. As propostas de solução, em forma de recomendações, foram apresentadas em trabalhos de comissões, com a presença dos representantes das entidades convidadas, na busca de soluções para alimentação dos alunos dos diversos programas da Fundação; estímulo ao aluno adulto, procurando evitar a evasão; a integração das Comissões Municipais com as

Secretarias Municipais de Educação e outros organismos das Prefeituras e representações do Governo Estadual e Federal; melhor utilização dos recursos do Programa de Saúde do Mobral nos municípios, em complementação aos demais programas; possibilidade da participação de todos os segmentos da comunidade nos projetos específicos.

Duas entrevistas

O jornal *Ação Comum* esteve em Cabo Frio e realizou entrevistas com participantes do Encontro, que vêm mostrar uma faceta bem característica do Mobral — um ato de amor.

O primeiro depoimento foi de Ceci de Figueiredo Polônia, da Secretaria de Ensino do Colégio Pedro II e ex-funcionária do Mobral.

— Fale do Mobral como um todo.
— Mobral é amor, Mobral é dedicação, Mobral é interiorização. Mobral é improvisação, além de ser um ato de amor. Não é um trabalho medido em horas de execução; ele transcende a isso. É basicamente amor. É a capacidade de improvisar e de entregar a sua mensagem.

A seguir, entrevistamos Cremilda Rocha do Amaral, Coordenadora-Adjunta da Coordenação do Rio de Janeiro/Norte.

— O que é mais importante na ação de um Supervisor?

— Conhecer a comunidade com a qual eles vão trabalhar, a fim de saber de que maneira dirigir a sua ação. Somente conhecendo, fazendo o diagnóstico e verificando as necessidades do grupo, eles poderão levar uma gama de ofertas que o Mobral tem. A primeira coisa de um Supervisor é essa disposição em se dar.

— Como é considerado o Supervisor dentro da comunidade em que ele atua?

— Você já deve ter notado o quanto o Supervisor é considerado aqui em Cabo Frio, pelo Secretário Municipal de Educação, pelo Prefeito e por toda a comunidade. Ele é considerado com amizade, com carinho, é consultado a toda hora para saber o que melhor fazer. E essa situação que você está vendo aqui ocorre em todos os municípios do nosso estado. Nossos Supervisores se fazem conhecer muito por aqueles com quem convivem, daqueles de quem vão receber alguma coisa.

— O que é ser propriamente um Supervisor?

— O Supervisor é aquele que orienta, que coordena o trabalho, que vai ajudar os que precisam de sua colaboração, para que o trabalho corresponda, de fato, aos nossos anseios. Na verdade, ele é um ajudador.

— O que é preciso para ser um bom Supervisor do Mobral?

— Em primeiro lugar, não ser só um bom Supervisor. Para qualquer coisa na vida é preciso, antes de mais nada, amar o trabalho que faz, já que o amor é a mola-mestra de tudo. Tudo que se faz no Mobral a gente faz com carinho e amor. Às vezes as pessoas se queixam de que é muito trabalho, mas quando percebem já estão procurando mais trabalho, estão buscando mais coisas para fazer.

— Você acha que os Supervisores são valorizados pelos Técnicos do Mobral Central?

— Sinceramente, pelos encontros que temos tido, sempre senti essa valorização. A gente sente que os Técnicos do Mobral Central percebem que eles são o grupo executivo do Mobral e que a Fundação não pode crescer sem esse grupo.

— Cremilda, você acha que o Supervisor é a espinha dorsal do Mobral?

— Acho.

— Fale um pouco sobre isso.

— Acho que o Supervisor é a espinha dorsal do Mobral porque é ele que vai constantemente a campo, que conhece todas as limitações de cada setor onde atua, muito mais do que qualquer um de nós. Esse grupo todo que era chamado de Susug é o sustento de nosso trabalho, não resta a menor dúvida.

Um depoimento expressivo



Participação no Encontro surpreendeu a Eduardo Viana da Silva

No Encontro de Supervisores do Mobral do Rio de Janeiro/Norte obtivemos um expressivo depoimento de Eduardo Augusto Viana da Silva, Coordenador do Rio de Janeiro/Norte, que apresentamos a seguir:

— Estamos reunidos, aqui em Cabo Frio, para participar e discutir problemas do Mobral com alguns Prefeitos. A frequência ao Encontro foi para nós uma surpresa. Compararam todos os Secretários Municipais dos 42 municípios que nos cabem por jurisdição, nossos Supervisores, elementos técnicos da Coordenação e das Comuns, além de representantes de algumas entidades e instituições, cujo trabalho no campo da comunidade se soma ao do Mobral, na mesma área de atendimento e na mesma faixa carente da população. São pessoas do Projeto Rondon, da FAE, do Ibam e também da Secretaria Estadual de Educação.

— Para tentar resumir num todo os nossos objetivos, aqui em Cabo Frio, podemos dizer de saída que são vários. O primeiro deles foi reunir toda a área de Supervisão do estado, a fim de serem discutidos problemas de rotina do Mobral, relacionados com problemas das Prefeituras Municipais referentes à educação. Numa segunda parte do Encontro, com a participação institucional de todas essas outras entidades, houve um debate sobre o relacionamento do Mobral junto à comunidade integrada, a fim de se compatibilizarem suas ações com todas essas instituições. A partir daí, a importância cresceu bastante; interferiram os Prefeitos Municipais, interferiram bastante as Secretarias Municipais de Educação, e o resultado vai ser útil a todos, cada um em seu próprio campo de trabalho. Como é fácil de prever, a Coord RJ/Norte permeia muito facilmente as suas ações com outras entidades e instituições, principalmente com as Prefeituras Municipais. É uma Coordenação que não tem medo de uma ação política, embora consiga se manter totalmente impermeável no que toca à política partidária.

— Essa tônica e essa filosofia de ação que nos orientam desde o ano de implantação do Mobral neste estado nunca nos causaram problemas. Ao contrário de outras Cocrdenações, onde as pessoas são refretadas ao tratamento com os políticos, no nosso caso sempre procuramos e conseguimos colocar o político a serviço da técnica; foi sempre uma marca *sui-generis* do Estado do Rio de Janeiro, onde a Coordenação sempre procurou se definir técnica e politicamente ao mesmo tempo, justamente onde alguns ou-

tros procuram se defender, escudando-se numa posição que considero incabível e apolítica.

— Quem gere a coisa pública e quem gere o interesse comunitário, se se diz apolítico, se aproxima da alienação. No nosso caso, preferimos nos abrir no campo político e colocar os limites onde a técnica precisa ser preservada e até onde a política pode ser desenvolvida. E desenvolveu-se esse modelo de trabalho no Estado do Rio de Janeiro ao longo da administração desta Coordenação com uma mesma equipe desde 1970, com *know-how* proveitoso e não há por que mudar: o time que está ganhando deve continuar em campo. Nunca tivemos problemas, nossa Coordenação desafia alguém que apresente um problema de ordem de compatibilização de trabalho, de ordem institucional, de ordem de integração, de autoridade, com qualquer vereador de qualquer partido, ao longo destes 13 anos.

— O outro ponto que enfatizei no início e que queria reforçar é a valorização das Prefeituras e, especialmente, daqueles que são ligados ao Mobral, sejam elementos de nossas convenções, sejam elementos das Secretarias Municipais de Educação, que vão facilitar o trabalho daquilo que consideramos a mola-mestra da ação de campo do Mobral nos municípios, que é o Subsistema de Supervisão Global. Para que o Supervisor possa ser revitalizado e consiga compatibilizar-se em nível local com os três níveis de poder (federal, estadual e municipal), é preciso que tenha receptividade junto a essas autoridades, e encontros dessa ordem vão facilitar o nosso Supervisor, reciclando-o em matéria de contatos, de relações públicas, de como reivindicar apoio das autoridades públicas e como levar as postulações do Mobral, as posições programáticas da Fundação e aquilo que o Mobral espera às autoridades públicas.

— É uma oportunidade única. Há alguns anos que não conseguimos realizar um encontro dessa monta, trabalharmos regionalmente, embora fosse bastante proveitoso. Não cabia uma postura de troca da ordem da que aconteceu aqui, com município e regiões diferentes, de economias sazonais completamente diferentes, de estilos administrativos diferentes, de tradições culturais diferentes. Isto tudo é possível somente num Encontro dessa ordem, onde se busca uma linha de convergência, talvez partindo-se para uma ação estadual que nunca será uniforme, mas que poderá ser cada vez mais próxima e atingir os objetivos mais próximos.

Tocaia: exemplo de ação



E tudo começou a partir do Programa de Alfabetização



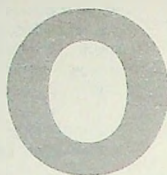
Trabalho cotidiano: comunhão e busca de novos caminhos



Terra de contrastes, Tocaia possui um oásis escondido



Na frente de trabalho, os homens cavam sua sobrevivência



menino procurou o pai pelo povoado. Ao encontrá-lo, disse:

— Pai, corre lá em casa que tem gente!
— Quem? — respondeu o pai.
— Sei não, uns home gordo — retrucou o filho.

— Vamos ver quem é. Não tou devendo a ninguém, não preciso ficar nervoso — falou o pai.

Ao chegar a casa, Seu Morais, aliás Miguel de Oliveira Barros, chamado desta forma por questão de tradição, encontrou agentes do Mobral que estavam em Tocaia, local situado entre Piripiri e D. Pedro II, no Piauí. Seu Miguel já sabia ler e escrever e não se entusiasmou com as idéias dos agentes do Mobral de ali instalarem uma classe de Alfabetização Funcional. Entretanto, por insistência de D. Luiza, sua mulher, endossou com seu nome a disposição do pessoal do Mobral.

Um dia, D. Luiza, escondida, foi falar com o Supervisor de Área, Antonio Neto, reafirmando o endosso de seu marido. Mais tarde, houve o chamado para treinamento de alfabetizadores na Comissão Municipal de Piripiri. Com um empurrão bem dado por D. Luiza, Seu Morais aquiesceu e participou do treinamento.

Ao voltar a Tocaia, começaram as reuniões com os parentes e vizinhos. Em seguida, foi instalada a primeira classe de Alfabetização, à noite, na varanda da casa de Seu Morais. Iniciava-se em Tocaia um processo que iria culminar em um modelo exemplo de ação comunitária.

O galpão

Evidentemente, a varanda de Seu Morais não era o lugar adequado para o desenvolvimento de trabalhos que o povo de Tocaia começava a espreitar com tanta curiosidade. Após muitas conversas, com a participação de Antonio Neto, surgiu a idéia de se construir um galpão que serviria de ponto de encontro, para classes de alfabetização e realização de cultos dominicais. Não havia dinheiro, mas havia muita motivação por parte daquele povo que, em seu âmago, já tinha uma vontade inquestionável de progredir e buscar soluções para problemas mais urgentes. O fato de não haver dinheiro disponível fez com que a comunidade agisse unida, no primeiro mutirão de Tocaia. Homens, mulheres e crianças começaram a trabalhar. Quem sabia fazer tijolos ficava na olaria. Uns carregavam o barro, outros o amassavam. As telhas foram obtidas com ajuda da igreja. A Prefeitura de Piripiri doou o cimento. Para a parte de carpintaria, contrataram um carpinteiro, que fazia as refeições cada dia na casa de uma família, responsável também pelo pagamento de um dia de serviço. Tijolo por tijolo começava a ser construída a comunidade de Tocaia.

A habilidade com que o carpinteiro transformava pedaços de madeira em objetos animou-os a pedir um curso de carpintaria através do Programa de

Educação Comunitária para o Trabalho — Petra —, do Mobral. Foram feitos bancos e mesas para o galpão e também para as casas do pessoal envolvido no trabalho, além da construção de carroças para transporte de água.

Novas atividades

Certa vez, ao verem o cartaz gerador com a palavra fossa, eles perceberam que não havia fossas em suas casas. Chamaram, então, Antonio Neto, que lhes explicou a importância dos hábitos de higiene, introduzindo o Programa de Educação Comunitária para a Saúde — PES. Começava também a campanha para a construção de fossas e aquisição de filtros de água. A comunidade recorreu a Frei Cláudio, da paróquia de Nossa Senhora, que financiou a compra de pedras e dos filtros. Foi criada também uma pequena farmácia comunitária.

A comunidade queria, cada vez mais, ampliar seus caminhos e seus conhecimentos. Nada mais natural do que melhorar a estrada que dá acesso a Tocaia. Era uma forma de aproximação com outros povoados, uma abertura, afinal, para uma troca de informações com outras pessoas de outros sítios. Esse melhoramento da estrada foi realizado em regime de mutirão, com a comunidade atuando sempre unida.

Em todas essas atividades, sobressaía-se sempre a figura de Seu Morais com a família ao lado. O entusiasmo se espalhava por toda a comunidade de Tocaia, e as tarefas executadas já tinham contornos bem definidos no que tange à ação comunitária.

Numa ordenada sucessão de tarefas, outros cursos do Programa de Educação Comunitária para o Trabalho foram ministrados em Tocaia. Dois cursos de corte e costura, um para 20 alunas e outro para 15. Também um curso de bordado à mão foi dado ao pessoal pela irmã de Seu Morais, D. Altiva. Os trabalhos eram vendidos nas feiras de artesanato organizadas pelo Mobral em Piripiri.

Na etapa seguinte, a terra. O curso de horticultura, dado pela Emater, com o apoio do Mobral, ensinou como aproveitar melhor o solo, como irrigá-lo e plantar canteiros. Não foram necessárias muitas reuniões para que se iniciasse o trabalho comunitário nas hortas. Primeiro, foi escolhida uma área grande para a roça comunitária do povo de Tocaia. Ali, todos preparavam a terra para o plantio. Em seguida, partiu-se para o trabalho na pequena roça da casa de cada um. O suor compartilhado, o prazer da comunhão de seu fruto.

Integração

Depois dessas atividades, todos estavam integrados e tinham uma função e uma contribuição discriminada na comunidade de Tocaia. O galpão, imagem sólida da aliança de Tocaia, abrigava os seus encontros. Pela manhã, 30 crianças se reúnem no Grupo de Atendimento ao Pré-Escolar, que funciona há dois anos sob o olhar cari-

nhoso, mas atento, de Cristina, monitora do Pré e filha mais velha de Seu Morais e D. Luiza. Cada dia uma das mães da comunidade fica encarregada da merenda das crianças. À tarde, mais 32 crianças estudam no galpão. À noite, os adultos vão chegando e, à luz de dois lampiões, descobrindo os mistérios das palavras na classe de alfabetização.

Mensalmente, Seu Morais e Cristina seguem para reciclagem na Comissão Municipal do Mobral em Piripiri. Aos sábados, há sempre reuniões no galpão, quando os mais velhos e experientes trocam idéias, levantam novos planos e determinam as tarefas de cada um para a semana seguinte. Aos domingos, a missa e o culto dominical reúnem a comunidade, que já pode acompanhar nos folhetos da igreja as orações e ler o Evangelho.

Periodicamente, Seu Morais solta um foguete para avisar a todos que o Supervisor Antonio Neto chegou ao povoado para conversar, ouvir e contar as novidades.

Ultimamente, mais uma campanha voltou a reunir os habitantes de Tocaia: aprofundar os poços de água já existentes e cavar outros novos. Devido à grande estiagem local, a água passou a ser uma meta prioritária para aquela região. Com a orientação de Antonio Neto e recursos do Mobral, foram compradas ferramentas e pedras para os poços. O trabalho é feito no fim de semana e até mesmo no domingo. O povo de Tocaia, imbuído de um espírito comunitário, não se importa em trabalhar aos domingos. Eles sabem que, sem água, a vida tornaria-se impossível; por isso, lutam nas frentes de trabalho com um denodado ardor e uma vontade férrea na busca do líquido.

Na verdade, o que aconteceu em Tocaia foi um exemplo típico da ação do Mobral nas municipalidades mais carentes. E esse exemplo cresce em peso e tamanho quando o lugar é proporcionalmente mais carente em relação a outros sítios. Outro fato que impressiona é a união do povo local em torno de suas dificuldades e a ordenação calma e tranqüila, sem atropelos, dos seus problemas principais e a vontade extremada em resolvê-los.

Desde aqueles dias em que Seu Morais partiu, meio desconfiado, para o treinamento em Piripiri, devido a uma artimanha de sua mulher, D. Luiza, muita coisa mudou. Tocaia começou a sentir suas dificuldades, sua desunião e começou a mudar paulatinamente. Seu Morais juntamente com o Supervisor Antonio Neto são os dois grandes impulsionadores do progresso comunitário na região.

Eles dizem que planos sempre existirão. Ainda há muito o que fazer, experimentar, descobrir e conquistar. Uma etapa no entanto está vencida: já estão adultas as primeiras flores da ação comunitária. Resta prosseguir no aperfeiçoamento do trabalho para que Tocaia possa ser considerada uma cidade padrão dentro do Município de Piripiri, no Piauí.



O Pré-Escolar de Tocaia é um dos pioneiros da região



Após o curso de horticultura, começou o trabalho nas roças comunitárias



A paisagem ressequida, resultado da longa estiagem

Viver a nova Renascença

"Senhor Presidente, minhas primeiras palavras serão para felicitar-vos calorosamente pela vossa eleição para a presidência desta Conferência Geral da Unesco. Estou persuadida de que vossos méritos pessoais, vossa experiência e cultura constituem a garantia do sucesso dos nossos trabalhos.

Presto também homenagem ao Diretor-Geral da Unesco, Sr. Amadou Mathar M'Bow, pela excelência da sua introdução ao Projeto de Programa e de Orçamento para 1984/85, documento destinado a orientar os nossos trabalhos, e pela clareza de suas diretrizes, que visam a levar à realização das missões fundamentais da Organização, tais como a postula o seu ato constitutivo.

Estimaria também transmitir à delegação de São Vicente e das Granadinas, bem como à de Fiji, as boas-vindas cordiais do governo brasileiro, no momento da adesão de seus países à nossa Organização. Com 160 estados-membros, está a Unesco em via de realizar, na condição de fórum multilateral, os ideais de universalidade e de pluralismo que ela encarna.

Senhor Presidente, não me proponho a empreender a análise, grande programa por grande programa, do Documento 22 C/5. Essa tarefa caberá às diversas comissões da Conferência Geral, que se encarregarão de examiná-lo em minúcias.

Permita-me, entretanto, formular algumas observações de ordem geral sobre o conjunto do Documento 22 C/5. A partir da problemática mundial e dos objetivos de ação da Unesco, aprovados pelo II Plano de Termo Médio, o Projeto de Programa e Orçamento foi estruturado pelo Diretor-Geral.

Não podemos deixar de reconhecer sua plena adequação às diretrizes adotadas na IV Sessão Extraordinária da Conferência Geral. A esse propósito, não posso deixar de louvar a concepção global que presidiu a sua elaboração. O mundo de hoje defronta desafios globais. Em consequência, os objetivos que a Organização deve procurar, nos domínios da sua competência, devem também ser globais.

Todavia, com o mesmo realismo de que deu provas o Diretor-Geral, faço questão de sublinhar que, em razão da complexidade dos fenômenos contemporâneos e dos trâmites interdisciplinares e interestoriais que se impõem, o caráter global da programação da ação da Unesco levanta certas dificuldades. Verifica-se, pois, ser importante que a Organização elabore um programa no qual seja estabelecida judiciosamente a parte das ações que decorrem tanto da interdependência das nações, como do imperativo do respeito às individualidades culturais de cada nação. Por isso, o equilíbrio da vocação da Unesco para a reflexão de suas atividades concretas é sempre delicado. A noção, implicada no conceito de interdependência, de que 'tudo exerce uma influência sobre tudo', deve incluir a evidência de uma ponderação relativa de cada fator e de cada elemento que compõem o conjunto da problemática mundial. Deixar de lado os fatores de interação desses diferentes elementos significaria criar barreiras à própria execução dos programas da Unesco.

A Conferência Geral deverá, além disso, considerar a questão dos meios financeiros à disposição da Organização para o cumprimento do programa. O meu governo, a despeito das severas dificuldades às quais deve atualmente fazer face no plano econômico e financeiro, aprova, no conjunto, as proposições expostas do Documento 22 C/5. A esse propósito, desejá-los aqui reiterar, uma vez mais, a despeito dessas limitações que espero sejam apenas conjunturais, o nosso empenho no reforço da cooperação internacional nos domínios da educação, da ciência, da tecnologia, da cultura e da comunicação.

Apresentando em cores bastante vivas os problemas mundiais, o Diretor-Geral, na sua introdução ao Documento 22 C/5, lança em evidência as contradições cruciais em que estão mergulhadas todas as nações, desenvolvidas ou em desenvolvimento. As tensões aumentam, agrava-se a situação dos países menos desenvolvidos. Todas as nações se encontram hoje face a face com os desafios planetários, que põem em jogo o futuro dos homens e do seu ambiente. Tal situação de crise se faz sentir em todos os países, mas os mais fracos são os mais atingidos.

Nesse quadro tão sombrio, a nossa Organização deve desenvolver sua ação específica. Nunca, desde a sua criação em 1945, fora ela testemunha de crise tão aguda, cujo caráter global e estrutural dispensa demonstração. É precisamente por essa razão que jamais a existência de uma instituição como a Unesco se revelou tão necessária, instituição que, desenvolvendo os seus esforços nos domínios da educação, da ciência, da tecnologia, da cultura, da comunicação e da informação, procura suscitar a cooperação entre os homens e concretizar a paz e a justiça social. A defesa dos ideais da nossa Organização é, na hora presente, para a comunidade internacional, mais vital ainda do que em 1945, porque é no mesmo momento em que ela se acha em



A Ministra da Educação e Cultura, Esther de Figueiredo Ferraz, compareceu à XXII Conferência Geral da Unesco, reunida em Paris, e no dia 28 de outubro de 1983 fez importante discurso, no qual, abordando os ideais de universalidade e de pluralismo que a Organização encarna, formulou algumas observações, principalmente sobre o Projeto de Programa e Orçamento estruturado para os anos vindouros. Criticou a postura das grandes potências em face dos países em desenvolvimento no contexto da crise econômica mundial e disse que o advento de uma nova ordem econômica mundial não pode ser retardado. Nesta página, a íntegra do pronunciamento da Ministra.

via de atingir a sua universalidade que a agravamento das fricções e generalização dos conflitos a colocam em confronto com os maiores perigos. É justamente nessa fase histórica em que a humanidade, pela primeira vez, toma consciência de si mesma como totalidade concreta — 'O mundo é um, e o combate do homem é o mesmo por toda parte' — que os antagonismos se tornam mais frequentes e se exacerbam, carregados de ameaças de catástrofes universais.

Senhor Presidente, em razão da sua votação, não pode a Unesco tornar-se o reflexo de confrontações políticas e ideológicas que prejudicariam seriamente a sua missão de paz, de cooperação entre os povos e de compreensão entre os homens. Eis por que se torna imperioso que esta Organização persista em continuar sendo uma instância privilegiada, na qual, pelo diálogo, seja possível alcançar soluções racionais e pacíficas, e não se torne a arena em que se defrontarão as ideologias e a expressão de egoísmo míopes.

Uma análise em profundidade dos problemas e das crises que afligem a humanidade reforça a minha convicção de que as causas principais das tensões mundiais se originam menos do pluralismo cultural ou político da sociedade internacional do que das verdadeiras diferenças que se estabelecem no próprio nível da dignidade do homem, em virtude da assimetria crescente, do desenvolvimento econômico e social entre os povos. Daí resulta que o conceito do desenvolvimento continua a ser o imperativo categórico que deverá orientar-nos na solução dos problemas que atualmente afligem a humanidade, e isso porque não pode haver paz verdadeira, nem respeito universal, nem justiça, enquanto os países se virem travados na promoção do seu próprio desenvolvimento por um sistema universal em que persiste, infelizmente, o espírito de dominação econômica ou política.

Eis por que, comentando rapidamente alguns dos conceitos da introdução ao Projeto de Programa e de Orçamento, desejaria assinalar as condições adversas ao desenvolvimento que predominam nesse momento histórico, as quais constituem um dos grandes temas de reflexão para a qual nos convida esse Documento.

Ninguém contesta que o desenvolvimento não pode ser considerado apenas do ponto de vista do desempenho econômico ou do crescimento dos bens materiais. Pela natureza da sua característica de totalidade, o desenvolvimento deve certamente ter por objetivo a realização de todos os valores humanos, numa hierarquia de meios e fins, porque ele tem por finalidade acelerar a construção de uma sociedade pluralista, próspera e justa, mediante a transformação global e qualitativa de suas estruturas, tendo em mira a promoção do homem em sua plenitude. Todavia, no caso dos países que lutam para vencer a sua condição de pobreza e aos quais falecem frequentemente meios essenciais para uma subsistência compatível com a dignidade humana, a dimensão econômica impõe-se como elemento fundamental de urgência vital. Mas, no rígido sistema atual de forças da economia

mundial em que se desenvolvem as relações entre os países pobres e os países em desenvolvimento, como promover o crescimento econômico?

O Documento 22 C/5 tem razão ao afirmar que o desenvolvimento autêntico deve fundar-se nas capacidades endógenas, ter a sua origem no seio do seu próprio povo, ser querido e conduzido pelas forças vitais de cada nação. Seria, entretanto, ilusório pensar que, no contexto da ordem mundial de hoje, as nações menos favorecidas possam desenvolver-se unicamente por suas próprias forças. Na perspectiva da civilização planetária em que vivemos, o desenvolvimento de cada nação, embora realizando-se segundo potencialidades endógenas, não poderá ser levado a efeito isoladamente, porque faz parte de um sistema universal de desafios econômicos. Afirmo, pois, que o desenvolvimento de cada país é também um problema da humanidade considerada como um todo.

Consciente dessas verdades, a ONU, em 1974, proclamou solenemente 'a determinação comum de trabalhar em caráter de urgência na instauração de uma nova ordem econômica internacional, fundada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os estados, independentemente do seu sistema econômico e social, determinação que corrigirá as desigualdades e retificará as injustiças sociais, permitirá eliminar o fosso crescente entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento e assegurará, na paz e na justiça, às gerações presentes e futuras um desenvolvimento econômico e social dentro de um processo contínuo de aceleração'.

Tal declaração constitui, sem dúvida, passo importante para a realização das grandes finalidades e dos valores que inspiram a fundação da ONU e da Unesco. É justo sublinhar que, assumindo, precisamente em 1974, a direção da nossa Organização, o Sr. Amadou Mathar M'Bow empenhou-se em fazê-la tomar parte ativa no trabalho de reflexão que ia ser empreendido nos quadros da ONU, para reforçar o papel que seus órgãos iriam ser convocados a desempenhar. Apesar da proclamação de tais objetivos mais do que louváveis e embora 10 anos tenham decorrido, estamos ainda muito distantes da nova ordem econômica que a situação angustiante da humanidade exige imperiosamente: as esperanças de mais de dois terços das nações frustraram-se. O ideal proclamado nem sempre deu origem a realizações concretas. De fato, as próprias perspectivas de diálogo que a nova ordem econômica internacional pressupunha há 10 anos parecem hoje desvanecer. Tal como também exprimi o presidente do meu País, por ocasião da abertura dos trabalhos da ONU, em 1982: 'Hoje (...) o clima de conflito entre as nações, nos domínios político e econômico, atinge níveis ameaçadores'.

Em verdade, o advento de uma nova ordem econômica internacional não deveria ser retardado, no interesse de todos, países ricos ou pobres. Nem jugo, nem modelo imposto, essa nova ordem não pode nem ser extorquida, nem concedida: deve ser obra de todos, e

sua instauração deve implicar transformação profunda do sistema internacional das relações econômicas ora em vigor, o que supõe o estabelecimento de novo quadro de cooperação social, econômica, política e cultural. É precisamente nesse projeto global que se inscreve e se torna indispensável a ação da Unesco, notadamente no que diz respeito a uma reflexão sobre a política de auxílio ao desenvolvimento, a qual pode prestar-se a distorções que já foram expostas aqui muitas vezes. Entre a simples exportação de modelos e o quadro — muitas vezes ainda impreciso — da determinação das prioridades nacionais, entre as imposições do centro e as fraquezas estruturais da periferia, justo meio-termo deve certamente encontrar-se, o qual permitiria tornar mais frutífera a cooperação entre os países mais favorecidos e os que lutam contra o subdesenvolvimento.

O respeito pela originalidade das culturas, a salvaguarda das tradições vivas — domínio em que a Unesco tem trabalhado e trabalha ainda com convicção e eficácia — são, nesse contexto, as condições da cooperação internacional para um desenvolvimento que se deseja endógeno e harmonioso.

Tal cooperação entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, ou entre os segundos, deve ser empreendimento comum, ao mesmo tempo aos que fornecem os meios técnicos e financeiros e aos que os utilizam.

Nesse sentido, o meu País tem sugerido repetidamente uma revisão aprofundada da cooperação econômica e financeira internacional, da sua concepção e da sua aplicação prática.

Senhor Presidente,

É necessário reconhecer que a Unesco realizou grandes progressos no sentido da elaboração e da concretização de conceitos, como o do desenvolvimento global, integrado e endógeno. Os objetivos de auto-suficiência dos países em via de desenvolvimento abrem também as perspectivas de uma cooperação que poderia chamar-se horizontal. A cooperação entre os países em via de desenvolvimento, torna-se necessário dizê-lo, é uma noção que, embora tenha sido programada muitas vezes, não foi ainda assumida integralmente na programação da Unesco. Como tal, a cooperação horizontal deveria sobretudo pôr em relação os países em desenvolvimento que tenham problemas similares e características biogeográficas semelhantes. Assim concebida, ela transbordaria do quadro regional e trataria de problemas concretos para cuja solução a Unesco pode contribuir como catalisador, com o concurso das agências financeiras internacionais. É importante, nessa fase, procurar mecanismos eficazes de cooperação num quadro assim definido, o que parece ainda faltar. Aos argumentos que meu País tem tradicionalmente apresentado, no que diz respeito à importância da cooperação 'sul-sul', acrescenta-se a verificação de que, em diversos países em via de desenvolvimento, há domínios específicos em que a alta qualidade de uma competência desabrochou graças a meios essencialmente endógenos.

A despeito da gravidade da hora em que vivemos, Senhor Presidente, desejo dirigir a quantos tomam parte nesta Conferência Geral da Unesco uma mensagem de vibrante otimismo. A meu ver, não deve acontecer que aqueles que, como nós, se propõem a influenciar os destinos da humanidade servindo-se dos nobres instrumentos que são a educação, a ciência, a tecnologia, a cultura, a comunicação e a informação, no momento em que o ano 2000 aponta no horizonte, se deixem dominar pelo medo que inspira o que se denomina o 'mito do milênio', segundo o qual todo fim de milênio se realizaria obrigatoriamente num clima apocalíptico, que conduziria fatalmente à extinção da espécie humana, ou seja, ao desaparecimento do planeta. Ao contrário, creio que está em nosso poder exercer influência de tal natureza que, em lugar do apocalipse, vivamos uma nova renascença. Tenho a convicção profunda de que podemos, reduzindo as palavras de Erasmo na aurora do século XV, exclamar, quando soarem os sinos do terceiro milênio: 'Deus imortal, que século vejo surgir! Que pena que eu não possa rejuvenescer!'.

Concluo fazendo minhas as palavras que o Senhor Amadou Mathar M'Bow pronunciou para exortar a comunidade das nações, os povos, os governos, a juventude, todos, enfim, a empenharem-se, o quanto antes, em abrir novas vias que conduzam a uma ordem de dignidade, de liberdade, de justiça e solidariedade: 'Eis aí vias estreitas, escarpadas; mas quão estimulante! São as únicas em harmonia com o nosso destino, as únicas que nos são oferecidas se quisermos que a chegada do terceiro milênio, pelo qual a nossa geração deverá responder perante a História, seja aquela em que o homem, que se tornou herdeiro de todas as guerras do passado, trará a paz; que acumulou todas as rivalidades do passado, trará a fraternidade; que experimentou o medo de todos os séculos passados, trará esperança'.